

# Sem risco imediato

Tarciano Ricarto  
Da equipe do **Correio**

Um misto de boas e más notícias sobre Brasília será apresentado aos membros do Comitê do Patrimônio Mundial que se reúnem entre 11 e 16 de novembro, na Finlândia. Uma boa notícia é que a cidade — única construção contemporânea a figurar na lista do Patrimônio Mundial — ainda mantém os conceitos originais que justificaram sua inclusão entre os bens culturais de interesse da humanidade. Uma má notícia é que, embora o conjunto da obra se mantenha praticamente inalterado, algumas intervenções pontuais podem, no futuro, colocar em xeque os valores da cidade.

Trocando em miúdos: Brasília ainda não está descaracterizada a ponto de figurar na lista do patrimônio em risco da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Essas informações sobre Brasília foram produzidas pelo historiador Herman Hooff e pelo arquiteto Alfredo Conti, que visitaram a cidade no início do mês passado. Os dois especialistas, além de avaliar e listar as agressões ao patrimônio de Brasília, fizeram recomendações para garantir a preservação da cidade.

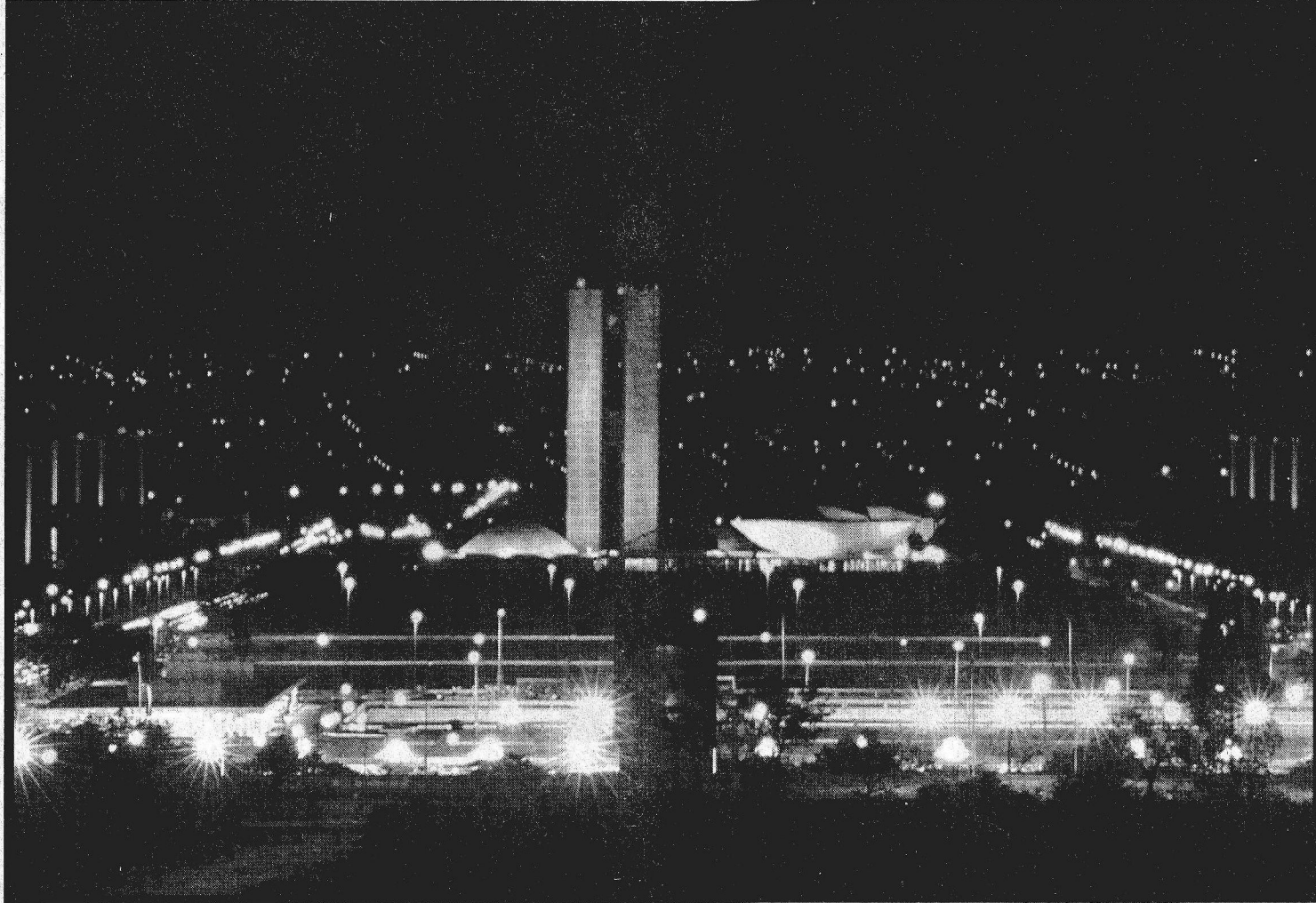
Tudo o que está no relatório será submetido à apreciação dos membros da Unesco, que na mesma reunião do ano passado demonstraram preocupação com Brasília. Um resumo do documento chegou ontem ao Brasil, via Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Conselho Internacional para Monumentos e Sítios (Icomos).

## PRESSÃO DEMOGRÁFICA

A conclusão dos especialistas, de certa forma, aliviou a tensão de quem ainda temia a inclusão de Brasília na lista de risco da Unesco. “Na situação que estamos agora, essa possibilidade está descartada. Mas nada impede que num futuro próximo isso venha a acontecer, caso as recomendações não sejam seguidas”, analisa Fátima Cisneiros, da Gerência Executiva de Brasília no Iphan.

A recomendação que ganhou mais destaque no relatório se refere à pressão demográfica que as cidades do Distrito Federal exercem sobre Brasília. Os especialistas sugerem que o crescimento dessas cidades seja avaliado com máximo critério, a fim de se evitar a perda das características que fazem de Brasília um lugar único no mundo. “Esta situação crítica deveria ser considerada

Zuleika de Souza



NA AVALIAÇÃO DE ESPECIALISTAS DA UNESCO, BRASÍLIA AINDA PRESERVA OS CONCEITOS QUE A TORNARAM PATRIMÔNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE

## RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS DO RELATÓRIO

■ *Estudar cuidadosamente a criação de novas áreas urbanas com o objetivo de evitar perturbações nos valores funcionais, espaciais, paisagístico e estéticos do Plano Piloto.*

■ *Estudar a possibilidade de melhorar o sistema de transporte público para diminuir o acesso de veículos nas áreas governamentais e centrais da cidade.*

■ *Evitar ou regular de forma estrita a construção de novos edifícios nos espaços livres ao redor do Plano Piloto.*

■ *Manter a altura dos andares na construção de*

*novos edifícios residenciais nas superquadras vazias ou inacabadas.*

■ *Definir de maneira clara os usos nas zonas de comércio local entre as superquadras para evitar maiores alterações no caráter originalmente proposto para esses setores. Proibir a invasão de áreas verdes.*

■ *Definir e implementar condições e restrições estritas para novas construções à beira do lago, garantindo que novos edifícios devam ser construídos somente dentro do quadro de usos permitidos. Conjuntos*

*residenciais permanentes deveriam ser banidos. Nenhuma exceção deve ser permitida nesse aspecto.*

■ *Definir e implementar medidas de proteção das porções de paisagem natural — o Cerrado — que permanecem incluídas no aspecto bucólico dentro da área protegida.*

■ *Evitar a ampliação da Vila Planalto por ter perdido muito de sua autenticidade e ter se transformado numa cidade dentro da área protegida.*

■ *Evitar a instalação de estruturas informais nos*

*espaços verdes livres do Eixo Monumental e outros espaços significativos da cidade.*

■ *Evitar a construção de novas edificações dentro do Parque da Cidade.*

■ *Definir e implementar uma zona tampão contornando a área protegida como está estabelecido na legislação federal e local e inscrito na Lista do Patrimônio Mundial. Os regulamentos para tratar e desenvolver a área tampão deveriam ser estabelecidos em função da conservação dos valores do sítio do Patrimônio Mundial.*

## RECOMENDAÇÕES GERAIS

■ *Aplicar de forma estrita a legislação federal e distrital para a proteção do Plano Piloto.*

■ *Consolidar todos os regulamentos numa estrutura clara para a proteção e preservação da área tombada.*

■ *Estabelecer papéis e responsabilidades claras para cada uma das instituições envolvidas na preservação. Fortalecer o papel, autoridade e participação do Iphan nesse trabalho.*

■ *Assegurar a efetiva e eficiente implementação do acordo de cooperação técnica entre o Iphan, o governo do Distrito Federal e a administração local.*

■ *Dar prioridade à preparação do Plano Diretor Local da área tombada.*

■ *Assegurar a participação de vários setores da sociedade na execução do Plano Diretor como Universidade de Brasília, IAB, Icomos-Brasil, entre outros.*

■ *Incluir tanto nos planos diretores territoriais como nos locais a preservação de Brasília e vizinhanças como elemento chave para o futuro desenvolvimento do Distrito Federal.*

■ *Assegurar a efetiva implementação do acordo de cooperação entre Iphan, GDF e administração local.*

como uma oportunidade para repensar o futuro desenvolvimento da cidade e de seus arredores”, diz um trecho do relatório.

“É um ponto fundamental e se refere aos loteamentos irregulares que cercam o Plano Piloto. Esta pressão é extremamente perigosa e põe em risco a cidade como patrimônio mundial”, avalia Tânia Battella, da Comissão de Políticas Urbanas do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/DF). No final do documento, os dois

especialistas fazem recomendações de cunho geral e de caráter mais específico, pontuando agressões ao traçado urbanístico do Plano Piloto.

## RESPEITO À LEI

Uma das sugestões gerais é que a legislação sobre o tombamento, tanto em nível federal como local, seja seguida à risca. “As observações são bastante positivas. Mas quero acreditar que o nosso Execu-

tivo cumpra essas determinações, já que hoje a lei não é cumprida”, diz Gilson Paranhos, do Conselho Superior do IAB/DF. Os especialistas também falam das instituições incumbidas da tarefa de preservar Brasília. Pedem que a instância do Iphan mais diretamente responsável por essa missão — no caso, a Gerência de Brasília — seja fortalecida.

Por último, o documento lista descaracterizações pontuais

dentro da área tombada e tece mais recomendações para acabar com o descumprimento das normas de preservação. Os especialistas, dentre outras coisas, sugerem que a altura dos prédios nas superquadras seja mantida; que a construção de prédios ao redor do Plano Piloto seja proibida; que se evite a ampliação da Vila Planalto; que o uso dos comércios locais sejam redefinidos; que a invasão de áreas verdes seja proibida; e que não se

permita novas edificações dentro do Parque da Cidade.

Para Ana Luíza Osório, da Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística (Proub), todas as recomendações do relatório coincidem com as preocupações dos órgãos que se esforçam para preservar Brasília. “O documento é reforço para o nosso trabalho. Vai servir para que a gente cobre das autoridades mais compromisso na preservação”, considera a promotora.